

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 10 de março de 2014.

Edição nº 1383

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Boletins.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....	3
Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de contratos.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1383

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 11/2014

Dispõe sobre o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Mulher, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Mulher, para o exercício das atribuições definidas no artigo 36 da Lei Estadual n.º 7.669, de 17 de junho de 1982.

Art. 2º Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Mulher compete o auxílio aos Promotores de Justiça nas relações jurídicas relativas a:

- I - violência sexual, doméstica e familiar contra a mulher;
- II - discriminação por gênero;
- III - medidas protetivas da Lei Maria da Penha;
- IV - efetivação de políticas públicas de proteção da igualdade de gênero;
- V - acompanhamento dos serviços especializados de apoio à mulher vítima de violência doméstica e familiar;
- VI - defesa dos direitos humanos e transindividuais das mulheres.

Art. 3º Acrescenta o art. 7º-A ao Provimento n.º 07/2000, com a seguinte redação:

"Art. 7º-A - Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Mulher compete exercer suas atribuições no aperfeiçoamento e desenvolvimento de políticas públicas ligadas à garantia dos direitos das mulheres e ao enfrentamento da violência de gênero".

Art. 4º O art. 5º do Provimento n.º 45/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Comporão o Núcleo, nas distintas fases de implementação, os Promotores de Justiça com atribuição na área de violência doméstica e familiar, sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Mulher".

Art. 5º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 087/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE

JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

DESIGNAR

- para compor Comissão para realização de Concurso Público para o Cargo de Assessor - Letras do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça - Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência do signatário, o Dr. DANIEL SPERB RUBIN, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, ID nº 3426262, na qualidade de Gerente; e os servidores: ANELISE OLIVEIRA GONÇALVES, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID nº 3441148, LEONARDO LOCATELI ROSA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID nº 3444597 e RICARDO LOPES CALDAS, Agente Administrativo, ID nº 3428656, na qualidade de Executores (Port. 0377/2014).

- os abaixo relacionados para as funções de Coordenação de Comissão Executiva, Auxiliares de Coordenação e Serviços Auxiliares na realização das provas do concurso público para o cargo de Secretário de Diligências do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Edital Nº 159/2013). - Coordenação de Comissão Executiva: IVORY COELHO NETO-3425533; ANELISE OLIVEIRA GONÇALVES-3441148; LEONARDO LOCATELI ROSA-3444597; ROBERTO ALVARES DA COSTA-3450716; SOLANGE BEATRIS DOS SANTOS-2384256. - Auxiliares de Coordenação: ALEX FABIANI MARTINS DE SOUZA-3432416; ANA CARLA DECZKA MORSCH-3429075; ANITA CRISTINA DE JESUS-3449815; DIOGO ANDRÉ DA ROCHA COUTO-3446689; EVANDRO PERES LOURO-3449823; GLAUCIO ERNANI FERREIRA DA SILVA-3432556; JALHESA BARROSO PEREIRA-3444830; JAQUELINE DE LIMA ROSÁRIO-3429946; KAREN OLSON MELO BLANCO-3436217; LISANDRA PEREIRA VIEIRA-3441199; LUCIANDRO ARAUJO CAETANO DA LUZ-3663698; LUCIANO RATAI MENNA BARRETO-3431401; LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL-3432793; MARCOS PORTES LAMPERT-3444295; PATRÍCIA DISEGNA-3441407; PAULO OTÁVIO DE OLIVEIRA BORTOLI-3447120; RENATA MIGUEL EHLERS-3445178; THIAGO CARBONI PETROLI-3587100; VITOR SKLAGENBERG GOU-LART-3655067. - Serviços Auxiliares: ALEXANDRE CARTIER LARANJEIRA-3434290; MARCOS ANANIAS PEDROSO ALMEIDA-2227959; ROBERTO DA ROSA BENITES-2458241; RODRIGO ZOLLY CORRÊA-2255162 (Port. 0417/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de março de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 088/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS



ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PROMOVER

- por antiguidade, para o cargo de Procurador de Justiça Substituto, o Dr. CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI, Promotor de Justiça Substituto de entrância final, ID n.º 3427331 (Edital 0315/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de março de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 0501/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPI 3674-0900/13-8**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **14 de março de 2014**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 07 de março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 089/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10 de março de 2014, a carga horária do servidor DANIEL RICCI ARAÚJO, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3450210, para 35 (trinta e cinco) horas semanais, nos termos do art. 6.º, § 1.º, da lei n.º 7.253/79 (PR.00741.00007/2014-8 - Port. 0395/2014).

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10 de março de 2014, a carga horária do servidor FÁBIO MONTANO WILHELMIS, Médico - Psiquiatra, ID n.º 3434010, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6.º da lei n.º 7.253/79 (PR.00592.00431/2013-2 - Port. 0399/2014).

- de 10 de março a 08 de julho de 2014, a carga horária da servidora ALINE DA SILVA GIL STEIN, Secretária de Diligências, ID n.º 2936267, para 35 (trinta e cinco) horas semanais, nos termos do art. 7.º da lei n.º 7.253/79 (PR.01161.00037/2008-6 - Port. 0457/2014).

AUTORIZAR

- o servidor ALEXANDRE PASSOS VIEIRA, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3406687, a afastar-se de suas funções, nos dias 11, 12 e 13 de março de 2014, a fim de participar da prova oral do concurso de Juiz de Direito Substituto, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (Port. 0428/2014).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 10 de março de 2014, o servidor GUILHERME LOHMANN TOGNI, ID n.º 3713709, do cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", deste órgão, em virtude de posse em cargo público Federal (Port. 0446/2014).

TORNAR INSUBSISTENTE

- a Portaria n.º 0103/2014, publicada no DEMP de 07 de fevereiro de 2014, Boletim n.º 046/2014, que designou a servidora RACHEL BEATRIS RAUTER, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe "R", para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014 (Port. 0478/2014).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 06/03/2014, no cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, VIRGINIA THOMÉ DE OLIVEIRA, tendo entrado em exercício em 07/03/2014.

- habilitada para tomar posse, a contar de 06/03/2014, no cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, SAMANTA JENIFER BASSO, tendo entrado em exercício em 07/03/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de março de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE
PASSAGENS AÉREAS
PROCESSO N.º 261-09.00/13-3**

CONTRATADA: ARANCÍBIA TURISMO LTDA.; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 15 de março de 2014, da vigência do Contrato de Prestação de Serviço de Fornecimento de Passagens Aéreas - AJDG n.º 25/2013; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.33, Rubrica 3304; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da



Lei Federal n.º 8.666/93 e cláusula nona do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de março de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletim N.º 02/2014 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n° 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

ALVORADA

1) Inquérito Civil N.º 00935.00004/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, com a finalidade de apurar eventual ilícito civil ambiental consistente em depósito de lixo a céu aberto próximo à Capatazia 11 de Abril em Alvorada. Investigado: Município de Alvorada.

2) Inquérito Civil N.º 00935.00009/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, com a finalidade de apurar danos ambientais em um banhado lindeiro à sede da ACATA - Associação de Catadores de Alvorada. Investigado: ACATA- Associação de catadores de Alvorada.

ARROIO DO TIGRE

1) Inquérito Civil N.º 00936.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente de suposto depósito de agrotóxicos, com licença, porém contrariando as normas legais e regulamentares. Investigado: SC Cereais Ltda. – Sociedade Empresária Ltda.

ARROIO GRANDE

1) Inquérito Civil N.º 00716.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pelo Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar o exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. Investigado: J.A.Martins Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00716.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pelo Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar o exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. Investigado: Vilson Inácio.

3) Inquérito Civil N.º 00716.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de supressão de vegetação em propriedade localizada nos fundos do Esporte Clube Arroio Grande, no município de Arroio Grande. Investigado: Eduardo Kruger

Munoz Filho.

AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil N.º IC.00937.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de apurar danos ambientais consistentes em destruição de árvores nativas e exóticas com uso de fogo, fora de área de preservação permanente, em desacordo e sem a autorização do Órgão Ambiental Competente. Investigado: Erni Selmar Schneider.

2) Inquérito Civil N.º IC.00937.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de apurar o dano ambiental consistente em destruição de árvores nativas, fora de área de preservação permanente, sem autorização do Órgão Ambiental Competente. Os danos ambientais ocorreram na Localidade de São Bernardo, no interior do Município de Jóia/RS. Investigado: Olibaldo dos Santos Viana.

BAGÉ

1) Inquérito Civil N.º 00718.00004/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consistente em manter fábrica de artefatos e cimento sem licença ou autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Ricardo Fagundes Ligocki.

2) Inquérito Civil N.º 00718.00005/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consistente em manter revenda de GLP em Candiota. Investigado: Ângela Rita Ramos.

3) Inquérito Civil N.º 00718.00006/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente em manter atividade de lavagem de veículos sem licença ou autorização do órgão ambiental. Investigado: Juliano Ricardo Rodrigues Gonzalez.

4) Inquérito Civil N.º 00718.00007/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consistente em promover corte de árvores nativas sem licença ambiental. Investigado: Elio Campnogara.

5) Inquérito Civil N.º 00718.00008/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a implantação e a efetivação da política municipal de saneamento básico, tais como elaboração do plano municipal de saneamento básico, fiscalização dos sistemas individuais, ligação aos sistemas coletivos, etc. Investigado: Luiz Alberto Camargo Machado.

6) Inquérito Civil N.º 00718.00010/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a implantação e a efetivação da política municipal de saneamento básico, tais como elaboração do plano municipal de saneamento básico, fiscalização dos sistemas individuais, ligação aos sistemas coletivos, etc. Investigado: Município de Aceguá.

7) Inquérito Civil N.º 00718.00011/2014, da Promotoria de



Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a implantação e a efetivação da política municipal de saneamento básico, tais como elaboração do plano municipal de saneamento básico, fiscalização dos sistemas individuais, ligação aos sistemas coletivos, etc. Investigado: Município de Candiota.

8) Inquérito Civil N.º 00718.00012/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a implantação e a efetivação da política municipal de saneamento básico, tais como elaboração do plano municipal de saneamento básico, fiscalização dos sistemas individuais, ligação aos sistemas coletivos, etc. Investigado: Município de Bagé.

9) Inquérito Civil N.º 00718.00013/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a implantação e a efetivação da política municipal de saneamento básico, tais como elaboração do plano municipal de saneamento básico, fiscalização dos sistemas individuais, ligação aos sistemas coletivos, etc. Investigado: Município de Hulha Negra.

10) Inquérito Civil N.º 00718.00014/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar a implantação da coleta seletiva dos resíduos sólidos, nos termos da lei nº 12.305/2010. Investigado: Município de Candiota.

11) Inquérito Civil N.º 00718.00015/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar a implantação da coleta seletiva dos resíduos sólidos, nos termos da lei 12.305/2010. Investigado: Município de Aceguá.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil N.º 00722.00009/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental em decorrência da queima de resíduos industriais e vegetação. Investigado: Jorge Luiz Manfroi.

2) Inquérito Civil N.º 00722.00011/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental pelo descarte de produtos perigosos no meio ambiente embora de forma acidental. Investigado: America Latina Logística Ltda.

3) Inquérito Civil N.º 00722.00012/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental em decorrência do lançamento de efluente em curso d'água. Investigado: Restaurante Sborneas.

BOM JESUS

1) Inquérito Civil N.º IC.00725.00027/2013, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pela Promotora de Justiça substituta Karina Mariotti, com a finalidade de realizar apuração referente ao "anelamento" seletivo de 306 árvores da espécie araucária angustifolia, sendo 47 em área de preservação permanente, nos estágios inicial e avançado de regeneração, no 2º Distrito, Governador, em Bom Jesus/RS. Investigados: Manoel Maria Scorr Fonseca.

CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil N.º 00732.00003/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, pelo Promotora de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais em virtude de extração irregular de saibro, sem a devida licença ambiental. Investigado: Antônio Adair Ribeiro.

2) Inquérito Civil N.º 00732.00004/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar danos ambientais em razão da retirada de tanques de combustível em desacordo com a licença de operação concedida, bem como pelos danos e/ou riscos causados ao meio ambiente e à população de entorno. Investigado: Buckpetro Comércio de Combustíveis Ltda.

3) Inquérito Civil N.º 00732.00015/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de verificar a ocorrência de danos ambientais, em razão de poluição sonora propagada pelo Clube Alvorada. Investigado: Sociedade Recreativa Alvorada.

CAMPINA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil N.º 00940.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões, pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, com a finalidade de investigar dano ambiental consistente na abertura de uma vala em área de 1.596 metros quadrados, em Área de Preservação Permanente, na área úmida junto a uma nascente, para fins de ampliação de um pequeno açude, sem licença do Órgão competente. Investigado: Ernesto Zydeck.

CANDELÁRIA

1) Inquérito Civil N.º 00736.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de apurar captação de água irregular no Rio Pardo, utilizando-se de bombas de sucção, além de efetuar o desvio no curso d'água do leito, numa extensão de aproximadamente 100m, havendo indícios de alterações e limpeza do canal com utilização de máquinas, sem licença e/ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Nivio Berle.

2) Inquérito Civil N.º 00736.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de apurar captação de água irregular no Rio Pardo, utilizando-se de bombas de sucção, além de efetuar o desvio no curso d'água no leito, numa extensão de aproximadamente 100m, havendo indícios de alterações e limpeza do canal com a utilização de máquinas, sem licença e/ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Newton Augusto Moreira.

3) Inquérito Civil N.º 00736.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de investigar queimada agropastoril descontrolada, causando danos à vegetação rasteira, gramíneas em geral, vassoura vermelha, coqueiro, tocos de eucalipto, dentre outros, numa extensão aproximada de 01 hectare, em área rural situada na localidade de Picada Karnopp, sem o devido licenciamento ou autorização dos órgãos ambientais



competentes. Investigado: Márcio José Vidal.

4) Inquérito Civil N.º 00736.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de investigar supressão, destruição e uso de fogo em vegetação nativa e aterro em área de preservação permanente sem o devido licenciamento ou autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Paulo dos Santos.

5) Inquérito Civil N.º 00736.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de investigar corte raso de vegetação nativa e emprego de queimada em área de preservação permanente, sem o devido licenciamento ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Cedenira do Couto.

6) Inquérito Civil N.º 00736.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de investigar corte raso de vegetação nativa e uso de queimada em área de preservação permanente, sem o devido licenciamento ou autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Luciane Gomes de Oliveira.

7) Inquérito Civil N.º 00736.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de investigar corte raso de vegetação nativa e uso de queimada em área de preservação permanente, sem o devido licenciamento ou autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Luciane Gomes de Oliveira.

8) Inquérito Civil N.º 00736.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de apurar a falta de adequada implementação de sistema de descarte de esgoto por rede geral em todos os domicílios situados na zona urbana de Candelária. Investigado: Município de Candelária.

9) Inquérito Civil N.º 00906.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Candelária, pela Promotora de Justiça em substituição Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, com a finalidade de investigar o funcionamento de matadouro/abatedouro sem licença dos órgãos ambientais no Município de Lagoão/RS. Investigado: Algilson Andrade da Silva.

CATUÍPE

1) Inquérito Civil N.º 00747.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Catuípe, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental ocasionado pela montagem de acampamentos em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigados: Osiel Amilton Spanemberg

Juliano Soares Spanemberg, Rodrigo Souza do Amaral, Weiss Soares, Mauri Roberto Samrsla, Jeferson Weiss Soares, Patrícia Santos e Silva, Gelson Andres de Almeida, Alvorino Batista Mariano.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil N.º 00748.00033/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar atividade sem licenciamento ambiental. Investigado: Real Color Fotografias Artísticas Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00748.00034/2014, da Promotoria de

Justiça Especializada de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar descarte irregular de resíduos sólidos. Investigado: Supermercado Adilis Ltda.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil N.º 00754.00001/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental contra a flora por executar atividade potencialmente poluidora em realizar desassoreamento de canais de drenagem, sem licença ou autorização de órgãos ambientais competentes, na localidade de Capela do Cadeado, interior do município de Cruz Alta. Investigado: Antonio Mainardi Funck.

2) Inquérito Civil N.º 00754.00002/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental contra a flora por destruir árvores nativas, dentro e fora de APP e executar atividade potencialmente poluidora, tudo sem autorização de órgão ambiental competente, na localidade de Colônias Novas, interior do município de Pejuçara. Investigado: Ivan Linassi.

3) Inquérito Civil N.º 00754.00003/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível destruição de árvores nativas em APP, sem autorização de órgão ambiental competente, na localidade de Linha Donato, interior do município de Pejuçara/RS. Investigado: Gireno Pedro Macagnan.

4) Inquérito Civil N.º 00754.00004/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental contra a flora em razão da destruição de árvores nativas dentro e fora de APP, sem autorização do órgão competente, na localidade de Granja Guanxuma, interior do Município de Cruz Alta. Investigado: Eloir Jorge Scarton.

5) Inquérito Civil N.º 00754.00005/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental por fazer funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes, na localidade da Rodovia Municipal Jacob Della Mea, estrada de acesso ao Campus Universitário. Investigado: Jorge Fabrício Garcia Santz.

6) Inquérito Civil N.º 00754.00006/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental por fazer funcionar atividade potencialmente poluidora – extração mineral - sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes na localidade de Urupú, interior do município de Cruz Alta/RS. Investigados: Município de Cruz Alta, Juliano da Silva e Joy Carlos Silveira.

7) Inquérito Civil N.º 00754.00007/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar



possível situação de crime ambiental por lançamento de efluentes líquidos – esgoto cloacal – em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, Bairro Marcel, Município de Cruz Alta/RS. Investigados: Luis Carlos Cardoso Silveira, Claudete Cristina Varone Martins, Rosane Carpuch da Silva e Hélio de Oliveira Santos.

8) Inquérito Civil N.º 00754.00008/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível situação de crime ambiental em razão de extração de recurso mineral (cascalho), ampliação de açude e destruição de vegetação nativa e exótica fora de APP, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Darci Bridi, interior do Município de Boa Vista do Incra. Investigado: Darci Bridi.

9) Inquérito Civil N.º 00754.00009/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível situação de crime ambiental por impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em APP, na propriedade de Helmuth Winter, localizada no interior do Município de Boa Vista do Cadeado/RS. Investigado: Helmuth Winter.

10) Inquérito Civil N.º 00754.00010/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível crime contra a flora por executar atividade potencialmente poluidora – desassoreamento de canais de drenagem e intervir em vegetação herbácea de APP, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes. Investigado: Dilnei Costa dos Santos.

11) Inquérito Civil N.º 00754.00011/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental em razão de fazer funcionar empreendimento potencialmente poluidor, localizado em perímetro urbano, no Município de Boa Vista do Incra/RS. Investigado: Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda. – COTRIMAIO e Almir Kellermann da Rosa.

12) Inquérito Civil N.º 00754.00012/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental em razão de fazer funcionar empreendimento potencialmente poluidor – Posto de Combustíveis, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, em Chácaras do Sul, Município de Cruz Alta/RS. Investigado: Dismabe Comércio de Combustíveis Ltda.

13) Inquérito Civil N.º 00754.00014/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível crime contra a flora por executar atividade potencialmente poluidora – desassoreamento de canais de drenagem, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes, na localidade de Capela do Cadeado, interior do Município de Cruz Alta. Investigado: Waldomiro Santo Barassuol.

14) Inquérito Civil N.º 00754.00015/2014, da Promotoria de

Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível crime contra a flora por executar atividade potencialmente poluidora – desassoreamento de canais de drenagem, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes, na localidade de Capela do Cadeado, interior do Município de Cruz Alta. Investigado: Rui Claudemir Rauber.

15) Inquérito Civil N.º 00754.00016/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar denúncia relatando possível caso de poluição sonora afetando a saúde humana, causado pelo empreendimento de Rosângela Terezinha de Oliveira Santos, com nome fantasia “Cancha Tarumã, localizada na Rua Francelino Ribeiro. Investigados: Rosângela Terezinha de Oliveira Santos e Gilmar Gomes dos Santos.

16) Inquérito Civil N.º 00754.00017/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar denúncia relatando construção de residência possivelmente em APP. Investigado: Anderson Andrade Rodrigues.

17) Inquérito Civil N.º 00754.00018/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível crime ambiental por extração de recurso mineral – cascalho – sem licença de órgão ambiental competente. Investigado: José Pedrotti.

18) Inquérito Civil N.º 00754.00019/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental em razão do corte de árvores exóticas e nativas, fora de APP e uso de fogo, sem autorização de órgão ambiental competente. Investigado: Ercílio Xavier.

19) Inquérito Civil N.º 00754.00020/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar possível ocorrência de crime ambiental em razão da destruição de árvores nativas fora de APP, sem autorização de órgão ambiental competente, na localidade de Rincão dos Pedrosos. Investigado: Heitor José Bilibio.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil N.º 00760.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar irregularidade de funcionamento de serraria, no Município de Encantado/RS. Investigados: Daniel Gonzatti e Serraria Gonzatti Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00760.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar poluição ambiental decorrente do descumprimento de licença para criação de suínos, na Linha Braz Charleo, Município de Muçum/RS. Investigado: Valdemar Miotto.

ESTEIO

1) Inquérito Civil N.º 00768.00001/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio, pelo Promotor de Justiça



André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar violação à ordem urbanística e ao meio ambiente, em razão da existência de loteamento irregular. Investigado: Município de Esteio.

FARROUPILHA

1) Inquérito Civil N.º 00771.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar ausência de licenciamento ambiental. Investigado: Utilidades Domésticas Taumer Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00771.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar perturbação do sossego alheio/poluição sonora. Investigado: Clube Parque das Águas.

3) Inquérito Civil N.º 00771.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de apurar irregularidades no estabelecimento denominado Bar do Laca. Investigados: Aline Piccin e Adenir Piccin.

4) Inquérito Civil N.º 00771.00069/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Lara Resende, com a finalidade de investigar exercício de atividade de fabricação de móveis sem Licença de Operação e queima de resíduos sólidos a céu aberto. Investigado: Unique Indústria de Móveis.

5) Inquérito Civil N.º 00771.00070/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Lara Resende, com a finalidade de investigar exercício de atividade de fabricação de malhas e confecções sem licença de operação. Investigado: Emize Tricot Indústria e Comércio Ltda – ME.

6) Inquérito Civil N.º 00771.00071/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar possível irregularidade nas licitações de aquisição de equipamentos de informática pelo Município de Farroupilha. Investigado: Fábio Vitor Reolon.

7) Inquérito Civil N.º 00771.00072/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar dano ambiental em APP e descumprimento de Licença de Instalação. Investigado: Empresa Urbanizadora Rodobrás Ltda.

8) Inquérito Civil N.º 00771.00072/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar dano ambiental em APP e descumprimento de Licença de Instalação. Investigado: Empresa Urbanizadora Rodobrás Ltda.

9) Inquérito Civil N.º 00771.00075/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa sem Alvará de Serviços Florestais. Investigado: Osvaldo Girelli.

10) Inquérito Civil N.º 00771.00076/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de apurar atividade de intervenção em APP sem licenciamento ambiental. Investigado: Pedro Tonietto.

11) Inquérito Civil N.º 00771.00077/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine

Mocellin, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora sem Licença de Operação. Investigado: Indústria e Comércio de Confecções Silvest Ltda.

12) Inquérito Civil N.º 00771.00078/2013, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de investigar queima de resíduos sólidos, contrariando legislação ambiental. Investigado: Cleberson Borges.

FREDERICO WESTPHALEN

1) Inquérito Civil N.º IC.00775.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente na supressão de vegetação de origem nativa, sem o alvará de licenciamento. Investigado: Atáisa Moraes.

2) Inquérito Civil N.º IC.00775.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente supressão de vegetação de origem nativa, em desconformidade com o alvará de licenciamento. Investigado: Ademar Dalla Valle.

3) Inquérito Civil N.º IC.00775.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça em substituição Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente supressão de vegetação de origem nativa, em desconformidade com o alvará de licenciamento. Investigado: Fernando Rodrigues.

4) Inquérito Civil N.º IC.00775.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça em substituição Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente na poluição do solo e hídrica. Investigado: Edene Domingos Cancian.

5) Inquérito Civil N.º IC.00775.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça em substituição Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente no corte raso de vegetação nativa, sem alvará de licenciamento. Investigado: Vilmar Dill.

GETÚLIO VARGAS

1) Inquérito Civil N.º IC.00780.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar a legalidade da licença ambiental de instalação concedida ao Município de Getúlio Vargas pelo seu departamento de meio ambiente, autorizando a canalização de até 500 (quinhentos) metros lineares ao Arroio Santo André, e o eventual dano ambiental decorrente do início de tal obra sem o correto licenciamento ambiental. Investigado: Município de Getúlio Vargas.

2) Inquérito Civil N.º IC.00780.00008/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual exercício da atividade de oficina mecânica e chapeação, em descumprimento às condições da licença ambiental de operação. Investigado: Antonio Jaque Novelli.

3) Inquérito Civil N.º IC.00780.00011/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de eventual dano ao meio ambiente, decorrente do corte de duas araucárias e da cons-



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 1383

trução de uma vala de 80 metros de comprimento, com o objetivo de realizar-se o dreno de um banhado, sem a devida licença ambiental. Investigado: Benjamim Duarte de Pierri.

4) Inquérito Civil N.º IC.00780.00012/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da construção de valas de 150 metros de comprimento, com o objetivo de realizar-se o dreno de um banhado, sem a devida licença ambiental. Investigado: Gentil Viegas de Pierri.

5) Inquérito Civil N.º IC.00780.00013/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual prejuízo ao meio ambiente decorrente do soterramento de uma nascente de água e supressão de 0,17 ha (zero vírgula dezessete hectare) de mata nativa, em área de preservação permanente. Investigado: Pedro Augusto Piccoli.

6) Inquérito Civil N.º IC.00780.00014/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da destinação para local impróprio de dejetos humanos e de resíduos domésticos e industriais pelo Município de Getúlio Vargas em sua propriedade no KM 05, antigo aeroporto. Investigado: Município de Getúlio Vargas.

7) Inquérito Civil N.º IC.00780.00015/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da construção de três galpões utilizados para o confinamento de bovinos e suínos e para a ordenha de gado, em área de preservação permanente. Investigado: Luiza Rogalski.

8) Inquérito Civil N.º IC.00780.00016/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual exercício da atividade de comércio varejista de combustíveis, em descumprimento às condições da licença ambiental de operação. Investigado: Maxi Posto Ltda.

9) Inquérito Civil N.º IC.00780.00017/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual exercício da atividade de compra, venda, fracionamento e manipulação de envoltórios bovinos e suínos sem o devido registro e licenciamento nos órgãos administrativos competentes, em prejuízo do meio ambiente e dos consumidores. Investigado: Zambillo & Zambillo Ltda.- EPP.

10) Inquérito Civil N.º IC.00780.00018/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual exercício da atividade de comércio varejista de combustíveis, em desacordo com as condições impostas pela licença ambiental de operação. Investigado: Auto Posto Bernieri Ltda.

11) Inquérito Civil N.º IC.00780.00020/2014, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de investigar eventual exercício da atividade de aterro de material de construção civil sem a devida licença ambiental de operação. Investigado: Paulo Roberto Dallacorte.

GRAMADO

1) Inquérito Civil N.º 00782.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa, em área de declividade, dentro da poligonal mata atlântica para fins de abertura de estrada com cerca de 2,5m de largura por 200m de comprimento, tudo sem licença do órgão ambiental competente, bem como lançamento irregular de esgoto sem tratamento. Investigado: Sossego do Major Gramado Hotel Pousada Ltda – ME.

2) Aditamento à Portaria de Instauração de Inquérito Civil N.º 00782.00008/2011, com a finalidade de substituir o investigado José Eduardo Guinle por GJP Administradora de Hotéis Ltda.

GUAPORÉ

1) Inquérito Civil N.º 00788.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais em razão de corte de vegetação nativa sem alvará de serviços florestais. Investigado: Rafael Baesso.

2) Inquérito Civil N.º 00788.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar a exploração de atividade de lavagem de veículos sem adoção de medidas de contenção dos resíduos poluidores e captação de água superficial e subterrânea sem outorga do Poder Público por parte da investigada em Serafina Correa. Investigado: Daiane Wasculewsky Borges.

3) Inquérito Civil N.º 00788.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar a existência de poços artesianos irregulares, em região com abastecimento público, na área urbana e no Distrito Industrial do Município de Guaporé/RS. Investigado: Edmárcio Maffacioli, Associação Atlética Banco do Brasil, Alcir Ferdinando Di Domenico Associação Guaporense de Automobilismo (AGA) e Sérgio Luiz de Mello.

4) Inquérito Civil N.º 00788.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar os danos ambientais causados pela atividade de bovinocultura, sem o devido licenciamento ambiental, na Linha 21 de abril, Capela Santo Antônio, interior/Guaporé. Investigado: Olandelir Menin Cichelero.

5) Inquérito Civil N.º 00788.00009/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais em razão da supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (nascente de água - no Bioma Mata Atlântica) na Linha Décima, Capela Nossa Senhora da Saúde, no Município de União da Serra/RS. Investigado: Alceu Taufer.

6) Inquérito Civil N.º 00788.00010/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais em razão da supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (nascente de água - no Bioma Mata Atlântica) na Linha Décima, Capela



Nossa Senhora da Saúde, no Município de União da Serra/RS. Investigado: Alceu Taufer.

7) Inquérito Civil N.º 00788.00012/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar a elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos pelos Municípios da Comarca de Guaporé, nos termos da Lei 11.455/2007. Investigado: Município de Guaporé, Município de Serafina Corrêa, Município de Dois Lajeados, Município de União da Serra, Município de São Valetim do Sul e Município de Montauri.

8) Inquérito Civil N.º 00788.00015/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar o dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica, para aumento de área de cultivo, sem licença ambiental, na Linha Quinta Marostega, Capela São Brás em Guaporé/RS. Investigado: Ildo Roman.

9) Inquérito Civil N.º 00788.00016/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de compensar os danos ambientais causados pela supressão, não licenciada, de mata nativa na Linha XV de Novembro, em Serafina Corrêa/RS. Investigado: Nelson Assoni.

10) Inquérito Civil N.º 00788.00017/2014, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo 2º Promotor de Justiça em substituição Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de apurar os danos ambientais causados pelas atividades de fundição sem pintura e fabricação de utensílios, desprovida de licença ambiental na Via Pulador, 01, interior, União da Serra/RS. Investigado: Metalúrgica Medaulo e Edson Luiz Tramontina.

11) Inquérito Civil N.º 00788.00080/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça em substituição Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de apurar a existência de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa, sem o devido licenciamento ambiental, na VRS 351, Serafina Corrêa/RS. Investigado: Jovane Grosseli e Ferman Detonações e Terraplanagem Ltda – EPP.

12) Inquérito Civil N.º 00788.00104/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pela Promotoria de Justiça em substituição Leticia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de apurar a existência de poços artesianos irregulares na área urbana e distrito industrial, em região com abastecimento público, na cidade de Serafina Corrêa/RS. Investigado: Ivanir Ivo Magoni, Auto Posto Amigos da Estrada Ltda. e Luis Carlos Vicenzi.

13) Inquérito Civil N.º 00788.00105/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pela Promotora de Justiça em substituição Leticia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de apurar a existência de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa sem o devido licenciamento ambiental na Linha Colombo em Guaporé/RS. Investigado: Roberto Dalmás.

14) Inquérito Civil N.º 00788.00106/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pela Promotora de Justiça em substituição Leticia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de apurar a existência de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa sem o devido licenciamento ambiental na Linha Pinheiro Machado em Guaporé/RS. Investigado: Roberto Dalmás.

15) Inquérito Civil N.º 00788.00107/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pela Promotora de Justiça em substituição Leticia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de apurar prejuízo ao erário decorrente de falha no edital licitatório causado pelo Prefeito de Serafina Corrêa, Ademir Antônio Presotto e enriquecimento ilícito por parte da empresa Roni Batista Soccol, referentes ao Contrato Administrativo 98/2012. Investigado: Ademir Antônio Presotto e Empresa Roni Batista Soccol.

16) Inquérito Civil N.º 00788.00108/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça em substituição Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de apurar a existência de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa sem o devido licenciamento ambiental. Investigado: Alexandre Henrique Gehlen.

17) Inquérito Civil N.º 00788.00109/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça em substituição Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais em razão de lançamento de resíduos líquidos decorrentes de processo industrial da empresa em curso d'água, bem como vazamento e efluentes da atividade, contaminando água e solo. Investigado: Taciane Rigo – ME (Bom Palato Fábrica de Laticínios).

18) Inquérito Civil N.º 00788.00110/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça em substituição Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais em razão de corte de vegetação nativa sem alvará de serviços florestais. Investigado: Alexandre Stefenon.

19) Inquérito Civil N.º 00788.00111/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça em substituição Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais em razão de corte de vegetação nativa em estágio inicial e médio de regeneração. Investigado: Claudir Bortolini.

20) Inquérito Civil N.º 00788.00112/2013, da Promotoria de Justiça de Guaporé, pelo Promotor de Justiça em substituição Claudio da Silva Leiria, com a finalidade de Investigar atividade de de suinocultura com Licença de Operação vencida. Investigado: Adelar Mariussi.

HERVAL

1) Inquérito Civil N.º 00790.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar deficiências estruturais do Município de Herval para a atividade de Licenciamento Ambiental de Impacto Local. Investigado: Município de Herval. IBIRUBÁ

1) Inquérito Civil N.º 00792.00009/2014, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pelo Promotor de Justiça em substituição Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar eventual loteamento irregular na orla da barragem do Passo Real, localizado no Distrito Sede Aurora, Município de Quinze de Novembro RS. Investigado: Elton Birgheuer.

2) Inquérito Civil N.º 00792.00012/2013, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de apurar possível existência de abate e comércio clandestino de produto de origem animal na propriedade/estabelecimento dos investigados. Investigado:



Ari Scharb, Aline Scharb e Anita Scharb.

3) Aditamento à Portaria de Instauração de Inquérito Civil N.º 00792.00001/2009-A, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pelo Promotor de Justiça em substituição Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de fazer constar novo investigado. Investigado: César Vicente Guareschi.

4) Aditamento à Portaria de Instauração de Inquérito Civil N.º 00792.00001/2009-A, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pelo Promotor de Justiça em substituição Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de incluir polo passivo da demanda. Investigado: César Vicente Guareschi.

5) Inquérito Civil N.º 00792.00009/2012-A, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, pela Promotora de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de retificar o polo passivo da demanda. Investigado: Arthur Horst Birgheuer.

IGREJINHA

1) Inquérito Civil N.º 00933.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de empresa de Calçados Diamante na fabricação de calçados em couro e sintético sem possuir as licenças ambientais, de propriedade do Sr. Rogério Rafael Barater na Rua Theodoro Júlio Ritter. Investigado: Rogério Rafael Barater.

2) Inquérito Civil N.º 00933.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de fábrica de esquadrias, de responsabilidade do Sr. Jose Rubens Lopes Dias, com produção de portas, janelas e grades de ferro sem possuir as devidas licenças ambientais, na Rua Tristão Monteiro. Investigado: José Rubens Lopes Dias.

3) Inquérito Civil N.º 00933.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de oficina mecânica e de chapeação e pintura sem possuir a devida licença ambiental, porém possui cabine de pintura e toda estrutura adequada. Investigado: Paulo César Silva.

4) Inquérito Civil N.º 00933.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de atividade de atelier de calçados (forração e colagem) sem o devido licenciamento ambiental, com depósito de diversas latas de cola a céu aberto e em contato com o solo. Investigado: Cesar Garcia.

5) Inquérito Civil N.º 00933.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de fábrica de móveis de madeira com licença de operação vencida desde 28/05/2012, não possui silo causando poluição atmosférica e não tem coletor de pó. Investigado: Israel Pereira Dias.

6) Inquérito Civil N.º 00933.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de oficina mecânica de chapeação e pintura "Auto Recuperadora do Amaral", sem possuir as devidas licenças ambientais e nem cabine de pintura. Investigado: Jurandir Soares do Amaral.

7) Inquérito Civil N.º 00933.00007/2014, da Promotoria de

Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar corte irregular de vegetação nativa, atingindo um área total de 0,617 ha e espécies como cocão, aroeira, açoita-cavalo, canela entre outras sem possuir as devidas licenças ambientais. Investigado: Natanael Lilge.

8) Inquérito Civil N.º 00933.00008/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar fabricação de artigos de cutelaria como navalhas de aço para calçados e matrizes sem possuir as devidas licenças ambientais. Investigado: Marcio Bock.

9) Inquérito Civil N.º 00933.00009/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de fábrica de calçados "Edemar Linden e Cia Ltda sem as devidas licenças ambientais. Investigado: Gilnei Edemar Linden.

10) Inquérito Civil N.º 00933.00010/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar cativo irregular de 01 pássaro nativo da espécie caturrita sem possuir a devida licença ambiental. Investigado: Arnaldo Florencio da Silva.

11) Inquérito Civil N.º 00933.00011/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de lavagem de veículos sem possuir as devidas licenças ambientais. Investigado: Fernando Roberto de Oliveira.

12) Inquérito Civil N.º 00933.00012/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar descarte irregular de resíduos florestais em local autorizado apenas para terraplanagem, sendo proibido, conforme item "6" da autorização, o depósito de material vegetal como podas de árvores, galhos, troncos, entre outros. Investigado: Dirceu Waldir Linden.

13) Inquérito Civil N.º 00933.00013/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar criação de animais (ovelhas, coelhos e galinhas) em área de preservação permanente, próximo as margens do Rio Paranhana sem possuir as devidas licenças ambientais. Investigado: Milton dos Reis Boss.

14) Inquérito Civil N.º 00933.00014/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar Funcionamento de atelier de calçados sem possuir as devidas licenças ambientais. Investigado: Edison Geovar Martens.

15) Inquérito Civil N.º 00933.00015/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de lavagem de veículos automotores sem possuir as caixas separadoras e nem as licenças ambientais. Investigado: Luiz Gustavo dos Santos.

16) Inquérito Civil N.º 00933.00016/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar reincidência na infração de funcionamento de oficina mecânica e de chapeação e pintura sem possuir as devidas licenças ambientais. Foi



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 1383

atuado em 27/02/2013 tendo sido suspensas as atividades até regularizar a situação. Investigado: Claudir Sinésio Fries.

17) Inquérito Civil N.º 00933.00017/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar Comunicação de Ocorrência de infração a legislação ambiental com corte de vegetação nativa (angico e aroeira) sem possuir licença ambiental na propriedade do Sr. Nelson Leuck.

18) Inquérito Civil N.º 00933.00018/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar perfuração de poço artesiano sem a devida licença de outorga para uso da água expedida pelo DRH. Investigado: Evandro Hachenher.

19) Inquérito Civil N.º 00933.00019/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar perfuração de poço artesiano sem possuir licença de outorga do DRH. Investigado: Dirceu Romeu Hugentobler.

20) Inquérito Civil N.º 00933.00020/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar intervenção em área de preservação permanente com a canalização de um curso de água (arroyo e nascente) sem possuir as devidas licenças ambientais. Investigado: Davenir Marques de Souza.

21) Inquérito Civil N.º 00933.00021/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar cativo irregular de 01 pássaro nativo da espécie papagaio charão sem possuir licença ambiental, na Rua dos Pinheiros. Investigado: Jose Leopoldo de Lima.

22) Inquérito Civil N.º 00933.00022/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar irregular de 03 pássaros nativos das espécies 01 trinca-ferro e 02 frades sem possuir licença ambiental. Investigado: Renato Ricardo Engelke.

23) Inquérito Civil N.º 00933.00023/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar denúncia de maus tratos com animais, no caso em tela de cachorro, uma cadela de raça indefinida, amarrada com uma corrente no pescoço presa com um cadeado, com água suja e sem comida na residência. Investigado: Luiz Paulo Lange.

24) Inquérito Civil N.º 00933.00024/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar funcionamento de oficina mecânica e de chapeação e pintura "Tandi Car" sem possuir as licenças ambientais. Investigado: José Alexandre Muhl.

25) Inquérito Civil N.º 00933.00025/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar denúncia de maus tratos a cães. Investigado: Roberto Carlos Lange.

26) Inquérito Civil N.º 00933.00026/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar Reclamação referente funcionamento de Serralheria Rempel – ME, na Rua Corticeira da Serra n° 153 Bairro Viaduto, onde efetuam pintura

de metais sem as devidas proteções, poluindo o ambiente com forte odor de tinta, além de poluição sonora emitida pela fábrica. Investigado: de propriedade do Sr. José Inácio Rempel.

27) Inquérito Civil N.º 00933.00027/2014, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar cativo irregular de 01 macaco prego sem possuir licença ambiental. Investigado: Jurandi Adalberto Souza Garcia.

IJUÍ

1) Inquérito Civil N.º 00794.00010/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de investigar recomposição de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa em APP e fora dela. Investigado: Sidinei Goi.

2) Inquérito Civil N.º 00794.00011/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de investigar recomposição ambiental de dano decorrente da supressão de vegetação nativa em APP e fora dela. Investigado: Lisandro de Conto.

3) Inquérito Civil N.º 00794.00012/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de investigar recomposição de dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa dentro e fora de APP. Investigado: Carlos Maturana Casalini.

4) Inquérito Civil N.º 00794.00013/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da supressão de vegetação/árvores nativas fora de Área de Preservação Permanente na Localidade de Barro Preto. Investigado: Marciano Marcos Rubert e Marcos Fritz.

5) Inquérito Civil N.º 00794.00014/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas fora de Área de Preservação Permanente na Localidade de Formigueiro, interior de Nova Ramada (RS), sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Dilson Weich.

6) Inquérito Civil N.º 00794.00016/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade da investigada junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Associação dos Moradores do Bairro Hammarstron.

7) Inquérito Civil N.º 00794.00017/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Segimundo O.H.Lausch.

8) Inquérito Civil N.º 00794.00019/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição



Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade da investigada junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Empresa Hoteleira Vera Ltda.

9) Inquérito Civil N.º 00794.00020/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Condomínio Edifício Solar D'Ampezzo.

10) Inquérito Civil N.º 00794.00021/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Conjunto Residencial Guarujá.

11) Inquérito Civil N.º 00794.00022/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Condomínio Edifício Ouro Preto.

12) Inquérito Civil N.º 00794.00023/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado. Investigado: Valter Persich.

13) Inquérito Civil N.º 00794.00024/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Renato El Ammar.

13) Inquérito Civil N.º 00794.00025/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de Promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado. Investigado: Edmundo Henrique Pochmann.

14) Inquérito Civil N.º 00794.00026/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado. Investigado: Estação Rodoviária de Ijuí Ltda.

15) Inquérito Civil N.º 00794.00027/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Ronaldo Ferretti.

16) Inquérito Civil N.º 00794.00028/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Condomínio Edifício Raios do Sol.

17) Inquérito Civil N.º 00794.00029/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Condomínio Edifício Planalto.

18) Inquérito Civil N.º 00794.00030/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade da investigada junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

19) Inquérito Civil N.º 00794.00031/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Iru Hotelaria Ltda.

20) Inquérito Civil N.º 00794.00032/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, pelo Promotor de Justiça em substituição Érico Fernando Barin, com a finalidade de promover a regularização da captação e uso das águas subterrâneas de poço artesiano existente na propriedade do investigado junto ao órgão ambiental estadual competente ou o seu tamponamento. Investigado: Posto 44 Derivados de Petróleo Ltda.

IRAÍ

1) Inquérito Civil N.º 00796.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Iraí, pelo Promotor de Justiça Fabiano Redivo Silva, com a finalidade de investigar a supressão de vegetação ornamental, sem licença ambiental, localizadas no passeio público, travessa Cornélio Magnabosco, praticando dessa forma ato lesivo ao patrimônio público de Iraí. Investigado: Itolino Gonçalves de Araújo Filho.

LAGOA VERMELHA

1) Inquérito Civil N.º 00801.00012/2014, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, com a finalidade de apurar intervenção em área de preservação permanente através do aterramento de nascentes e corte de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Sabino Gonçalves.

MARCELINO RAMOS

1) Inquérito Civil N.º 00807.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, com a finalidade de apurar possível poluição atmosférica praticada pela empresa denominada Ferragens Mafessoni. Investigado: Ferragens Mafessoni.



MOSTARDAS

1) Inquérito Civil N.º 00809.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Mostardas, pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, com a finalidade de apurar atividade de comércio de gás GLP sem as devidas licenças ambientais. Investigado: Benta Elis de Lima Coutinho.

2) Inquérito Civil N.º 00809.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Mostardas, pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, com a finalidade de apurar corte de vegetação exótica com uso de motosserra sem as devidas licenças ambientais. Investigado: Plautino Bento Antunes.

3) Inquérito Civil N.º 00809.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Mostardas, pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, com a finalidade de apurar pesca irregular e sem licença em período proibido. Investigado: Aluisio de Oliveira, Rene Silva da Rosa, José Vanderlei de Almeida e Naudir Ortiz de Almeida Filho.

4) Inquérito Civil N.º 00809.00006/2014, da Promotoria de Justiça de Mostardas, pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, com a finalidade de apurar atividade de comércio de gás GLP se as devidas licenças ambientais. Investigado: Keli Cristina Della Torres Salgado.

NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil N.º 00814.00002/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis atos de maus tratos contra animais da espécie canina, praticados pela Sra. Liege Floriano Zwetsch. Investigado: Liege Floriano Zwetsch.

2) Inquérito Civil N.º 00814.00004/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de investigar possíveis atos de maus tratos contra animal da espécie canina, e corte de árvore, praticados pelo Sr. Juliano. Investigado: Juliano.

3) Inquérito Civil N.º 00814.00006/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na emissão da Licença de Operação da empresa Fundação 5 Estrelas Ltda. Investigado: Fundação 5 Estrelas Ltda.ME.

4) Inquérito Civil N.º 00814.00007/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na empresa Guilherme da Silva Correa (Chama Gaúcha). Investigado: Guilherme da Silva Correa.

5) Inquérito Civil N.º 00814.00008/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis atos de maus tratos contra animais da espécie canina. Investigado: a apurar.

6) Inquérito Civil N.º 00814.00011/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possível depósito irregular de resíduos com proliferação de ratos, baratas e outros insetos. Investigado: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

7) Inquérito Civil N.º 00814.00014/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis riscos trazidos por estado de uma árvore Tipuana. Investigado: a apurar.

8) Inquérito Civil N.º 00814.00015/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis riscos trazidos por árvore de grande porte situada no pátio de um imóvel. Investigado: a apurar.

PANAMBI

1) Inquérito Civil N.º 00819.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental ocorrido entre os anos de 2012 e 2013, numa área de mata ciliar do Rio Caxambu, na propriedade do investigado, localizada na Localidade de Entre Rio, interior do Município de Panambi, consistente em corte seletivo de sete árvores exóticas e nativas, edificação de um galpão de madeira com piso de alvenaria bruta a menos de dez metros do rio já mencionado e descarte de lixo doméstico, tudo em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Valdir Bonfada.

PORTÃO

1) Inquérito Civil N.º 00943.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Pietro Chidichimo Junior, com a finalidade de apurar dano ambiental em APP proveniente de efluentes domésticos irregularmente lançados. Investigado: Delomar Volmir da Silva, Balduino de Almeida e Nelci de Moraes.

REDE AMBIENTAL IJUÍ

1) Inquérito Civil n.º 01349.00001/2014, da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de reconstituir a mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade do investigado João Nerci dos Santos Gonçalves, sendo o imóvel situado na Localidade de Esquina Renz, interior do Município de Augusto Pestana/RS. Investigado: João Nerci dos Santos Gonçalves.

2) Inquérito Civil n.º 01349.00002/2014, da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de reconstituir a mata ciliar do Rio Conceição na propriedade do investigado Márcio Jair Silva,. Investigado: Márcio Jair da Silva.

3) Inquérito Civil n.º 01349.00003/2014, da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de reconstituir a mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade do investigado Valdir Tamiosso Lassen. Investigado: Valdir Roque Tamiosso.

4) Inquérito Civil n.º 01349.00004/2014, da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de reconstituir a mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade do investigado Vilmar Ênio Kich. Investigado: Vilmar Ênio Kich.

5) Inquérito Civil n.º 01349.00005/2014, da Rede Ambiental Ijuí, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de reconstituir a mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade do investigado Sérgio André Bernardi. Investigado:



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1383

Sérgio André Bernardi.

RIO GRANDE

1) Procedimento Preparatório N.º 00852.00003/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de acompanhar o Processo Judicial 023/1.09.0004336-6. Investigados: Município do Rio Grande.

2) Procedimento Preparatório N.º 00852.00006/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de apurar suposto ilícito decorrente: a) do funcionamento de atividade de abastecimento e comercialização de combustíveis sem a devida licença; b) captação de água sem autorização do Departamento de Recursos Hídricos. Investigados: Torquato Pontes Pescados.

3) Procedimento Preparatório N.º 00852.00010/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de apurar utilização de água do aquífero. Investigados: Frigorífico Silva e Indústria.

4) Procedimento Preparatório N.º 00852.00011/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de apurar utilização de água do aquífero. Investigados: Manoel Augusto de Pinho.

5) Procedimento Preparatório N.º 00852.00012/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de apurar utilização de água do aquífero. Investigados: Isaac Wolff.

6) Procedimento Preparatório N.º 00852.00018/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, com a finalidade de apurar a cadência de lavra de minério pelo município do Rio Grande/RS a empresa privada. Investigados: Município do Rio Grande.

RIO PARDO

1) Inquérito Civil N.º 00855.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Rio Pardo, pela Promotora de Justiça Christiane Mendes Ribeiro Grehs, com a finalidade de apurar poluição sonora oriunda da utilização do "calçadão", situado na Rua Almirante Alexandrino, por estabelecimentos comerciais e populares, sem regramento e fiscalização condizente, afetando moradores do entorno, de responsabilidade do Município de Rio Pardo. Investigado: Município de Rio Pardo.

SALTO DO JACUÍ

1) Inquérito Civil N.º 01129.00028/2013, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental decorrente de "descapoeiramento" da vegetação nativa objetivando a ampliação da área agricultável, sem autorização do órgão ambiental competente. Área fiscalizada nas coordenadas geográficas 29°03'3.49"S 052°57'47.67"O. Investigado: Valdocci dos Santos Kremer.

SANTA CRUZ DO SUL

1) Portaria Retificadora Inquérito Civil N.º 00861.00099/2012,

da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar possível poluição produzida por uma lavagem. Investigado: Aline Daniela Wunsch.

2) Portaria Retificadora Inquérito Civil N.º 00861.00032/2009, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de Apurar o desvio de curso d'água e corte de espécies nativas em área de preservação permanente, sem licença dos órgãos ambientais competentes, por parte de Enor Domingos Müller, falecido em 26/11/2008. Investigado: Sigiloso.

3) Inquérito Civil N.º 00861.00010/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar a eventual nocividade da água tratada e distribuída pela CORSAN, proveniente do manancial Lago Dourado, em Santa Cruz do Sul, tendo como investigados a referida Companhia e o Município. Investigado: CORSAN e o Município de Santa Cruz do Sul.

4) Inquérito Civil N.º 00861.00011/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar a regularidade ambiental e emissão de poluição sonora das empresas Metta Galvanoplastia Ltda, e Metalúrgica Vaz, bem como a existência de Plano de Prevenção contra Incêndio. Investigado: Metta Galvanoplastia Ltda, e Metalúrgica Vaz.

5) Inquérito Civil N.º 00861.00014/2014, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar dano ambiental que ocasionou supressão de árvores e degradação de área de encosta de morro. Investigado: Cristal Empreendimentos Imobiliários Ltda.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil N.º 00865.00007/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar dano ambiental consubstanciado no escoamento de dejetos de lavagem na rede de esgoto e no funcionamento de empreendimento potencialmente poluidor sem o devido licenciamento. Investigado: Posto de Combustíveis São Marcos.

2) Inquérito Civil N.º 00865.00008/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar poluição pelo descarte de resíduos sólidos regulares e de vasilhames de óleo e lixo de origem eletrônica. Investigado: Luis Alberto Lemos de Oliveira.

3) Inquérito Civil N.º 00865.00009/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de verificação do licenciamento do supermercado (já em funcionamento) e do posto de combustível (a ser implantado), em Santa Maria. Investigado: WMS Supermercados do Brasil Ltda.

4) Inquérito Civil N.º 00865.00010/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar lançamento de esgoto a céu aberto nas Vilas Jardim e Aparício de Moraes. Investigado: Município de Santa Maria e CORSAN.

5) Inquérito Civil N.º 00865.00011/2014, da Promotoria de



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1383

Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade de investigar manutenção de pássaros silvestres em cativeiro, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Sandro Valerio Azambuja de Campos.

6) Inquérito Civil N.º00865.00012/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa com a finalidade investigar supostas irregularidades no Município de Silveira Martins, na atuação do Departamento Municipal de Meio Ambiente. Investigado: Município de Silveira Martins.

SANTANA DO LIVRAMENTO

1) Inquérito Civil N.º 01223.00010/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, com a finalidade de apurar os fatos relativos à poluição atmosférica produzida pela Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Fiação e Tecelegem de Santana do Livramento - COOFITEC, bem como sua adequação às normas de proteção ambiental. Investigado: Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Fiação e Tecelegem de Santana do Livramento.

SANTIAGO

1) Inquérito Civil N.º 01223.00010/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar a existência de irregularidades na exploração da atividade de carvoaria pelo Sr. Jardimiro Moreira (produtor do "carvão Moreira), consistentes em fazer funcionar atividade de carvoaria contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes. Investigado: Jardimiro Moreira e a Empresa "Carvão Moreira".

2) Inquérito Civil N.º 01223.00012/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes do exercício de atividade de matadouro e manejo de suínos em desacordo com as normas legais, na propriedade de Nardeli Reginatto, situada na localidade de 1º Lajeado, 1º Distrito, Município de Santiago." Investigado: Nardeli Reginatto e Matadouro Bela União Santiago Ltda.

3) Inquérito Civil N.º 01223.00017/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar o funcionamento inadequado de estofaria. Investigado: Gelson da Rosa Estofamentos.

4) Inquérito Civil N.º 01223.00018/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais praticados pela empresa Primos Andres Ltda., bem como o seu funcionamento em desacordo com as normas legais. Investigado: Primos Andres Ltda.

5) Inquérito Civil N.º 01223.00019/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da destruição de vegetação exótica em área de domínio do DAER, às margens da Rodovia Estadual RST 377, em Santiago, com extensão de 3.121m². Inves-

tigado: Adair Carlos Bazana.

SANTO ÂNGELO

1) Portaria N.º 15/2014, de Conversão do PP.00872.00211/2013 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a regularidade da olaria de responsabilidade de Élcio Medke e Lucas Medke, na Cidade de Eugênio de Castro, RS.

2) Portaria N.º 271/2013, de Instauração do Procedimento Preparatório N.º 00872.00232/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar possíveis danos ambientais consistentes em abertura de uma estrada em área de preservação permanente – margem de um córrego – com canalização do curso d'água, corte de árvores e de galhos de árvore, inclusive de espécie protegida – corticeira –, sem licença de autoridade ambiental, com possível participação de servidor e equipamento de Prefeitura daquele Município, de responsabilidade de Clóvis Júlio Carneiro Heldt. Investigado: Clóvis Júlio Carneiro Heldt.

3) Portaria N.º 266/2013, Instauração do Procedimento Preparatório N.º 00872.00228/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade verificar a ocorrência de dano ambiental oriundo do corte de árvores, com auxílio de retroescavadeira, ultrapassando os limites impostos pela licença para descafoeiramento n.º 2013-0066 – DEMAN de São Miguel das Missões, na Localidade de Passo da Guerreira, interior daquele Município. Investigados: Cleiton Marques da Trindade e Dirceu Carvalho Ribeiro

4) Portaria N.º 267/2013, Instauração do Procedimento Preparatório N.º 00872.00227/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de verificar a ocorrência de dano ambiental oriundo da colocação de um produto semelhante a óleo queimado em uma árvore, ocasionando a seca-gem da vegetação, em logradouro público. Investigada: Jaquebebe da Silva Freitas.

6) Portaria N.º 270/2013, Instauração do Procedimento Preparatório N.º 00872.00231/2013, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar a realização de rinhas de galo na propriedade de Noé Rogério Schonardie.

7) Portaria N.º 16/2014, Instauração do Procedimento Preparatório N.º 00872.00011/2014, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a com a finalidade de averiguar a realização de rinhas de galo. Investigado: Amarildo Bortolotti.

8) Portaria N.º 17/2014, de Conversão do PP.00872.00230/2013 em Inquérito Civil, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, para apurar a regularidade das atividades desenvolvidas junto ao estabelecimento comercial (Kings Bar), na cidade de Santo Ângelo. Investigada: Gomes & Teixeira Ltda – Me.

9) Portaria N.º 18/2014, de Conversão do PP.00872.00217/2013 em Inquérito Civil, da Promotoria de



Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, a fim de verificar a ocorrência de dano ambiental oriundo do corte de vegetação nativa, em área de preservação permanente (nas margens do Arroio Itaquirinchin), sem autorização do órgão ambiental competente. Investigados: Tiago Mousquer da Silva e Rogério Damian Ferreira.

10) Portaria Nº 19/2014, de Conversão do PP.00872.00231/2013 em Inquérito Civil, da Promotora de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de averiguar a realização de rinhas de galo. Investigado: Noé Rogério Schonardie.

11) Portaria Nº 20/2014, de Conversão do PP.00872.00208/2013 em Inquérito Civil, da Promotora de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, a fim de apurar os danos ambientais oriundos do corte de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: Adair Plácio Rockembach.

12) Portaria Nº 21/2014, de Conversão do PP.00872.00013/2014 em Inquérito Civil da Promotora de Justiça Especializada de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, averiguar a regularidade das atividades desenvolvidas no estabelecimento comercial Comércio de Bebidas Dornelles. Investigado: Comércio de Bebidas Dornelles.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil N.º 00875.00006/2014, da Promotora de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, investigar poluição sonora de som automotivo no parque de rodeios, situado às margens da RS 030KM 47, na localidade de Barro Vermelho, no Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, realizado nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2014. Investigado: Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha, Vilmar Saltiel da Silva, Vilmar Saltiel da Silva.

2) Inquérito Civil N.º 00875.00007/2014, da Promotora de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, investigar a lavra e extração irregular de recursos minerais, com descumprimento de itens do licenciamento ambiental, pela empresa Luiz Cunha Extratora de pedras Ltda. Investigado: Luiz Cunha Extratora de pedras Ltda.

3) Inquérito Civil N.º 00875.00008/2014, da Promotora de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, investigar a produção e comercialização irregular de produtos de origem animal, bem como atividade industrial sem o Registro de Cadastro Florestal e utilização de água subterrânea sem outorga emitida pelo DRH, pela empresa Tedesco & Bestetti Ltda, localizada em Santo Antônio da Patrulha/RS. Investigado: Tedesco & Bestetti Ltda.

4) Inquérito Civil N.º 00875.00009/2014, da Promotora de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, investigar a lavra e extração irregular de recursos minerais, sem licença ambiental e autorização do DNPM. Investigado: Julio Cezar Silva dos Santos, Vanio Alves da Silva, e Valmir Portal da Cunha.

SANTO AUGUSTO

1) Inquérito Civil 00876.00001/2014, da Promotora de Justiça de Santo Augusto, pela Promotora de Justiça Dinamária

Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar a ocorrência de eventuais danos ambientais decorrentes da operação, sem os equipamentos e os cuidados necessários. Investigado: A empresa Camera S.A.

SÃO BORJA

1) Inquérito Civil 00878.00002/2014, da Promotora de Justiça Especializada de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar poluição por rejeitos de óleo diretamente no solo na Lavagem. Investigado: Diego Vieira Gottfried.

2) Inquérito Civil 00878.00003/2014, da Promotora de Justiça Especializada de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar cortes de árvores nativas sem Licença Ambiental. Investigado: Gilberto Rodrigues.

3) Inquérito Civil 00878.00004/2014, da Promotora de Justiça Especializada de São Borja, pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, com a finalidade de investigar cortes de árvores nativas sem Licença Ambiental. Investigado: Gibrair Nascimento Costa.

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil 00890.00001/2014, da 1ª Promotora de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de investigar possível poluição ambiental na empresa Salini MT Jateamento e Pintura LTDA. Investigado: Salini MT Jateamento e Pintura LTDA.

2) Inquérito Civil 00890.00002/2014, da 1ª Promotora de Justiça Especializada de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, possível perturbação causada pelo estabelecimento chamado Vogas Bar. Investigado: Vogas Bar.

SÃO LOURENÇO

1) Inquérito Civil 00893.00003/2013, da Promotora de Justiça São Lourenço, pela Promotora de Justiça Gabriela Monteiro, com a finalidade de apurar a existência de possível depósito irregular de madeira e de atividade potencialmente poluidora, sem licença ambiental, por parte da Empresa VS Embarcações, de propriedade de Vilsom Dias da Silva. Investigado: Vilsom Dias da Silva.

2) Inquérito Civil 00893.00004/2013, da Promotora de Justiça São Lourenço, pela Promotora de Justiça Gabriela Monteiro, com a finalidade de apurar possíveis atividades de serraria e de desdobramento de madeira, potencialmente poluidoras, sem licença ambiental, sob responsabilidade de José Theodoro Eichholz Schneid. Investigado: José Theodoro Eichholz Schneid.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

1) Inquérito Civil N.º 00898.00001/2014, da Promotora de Justiça de São Sebastião do Caí, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de investigar ocorrência de possível dano ambiental consistente em poluição sonora em face do funcionamento de maquinário da empresa investigada. Investigado: Concretos Junges.

2) Inquérito Civil N.º 00898.00003/2014, da Promotora de Justiça de São Sebastião do Caí, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de investigar surgimento de resíduos industriais em propriedade particular, oriun-



do da estação de tratamento da empresa Conservas Oderich S/A. Investigado: Conservas Oderich S/A.

3) Inquérito Civil N.º 00898.00004/2014, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de investigar a existência de açude sem licença do órgão ambiental competente e atingindo área de preservação permanente com risco de acidente. Investigado: Fábio André Tolotti

4) Inquérito Civil N.º 00898.00003/2014, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de investigar a ocorrência de crime ambiental consistente em poluição sonora. Investigado: Indústria Metalúrgica Lorscheitter.

5) Inquérito Civil N.º 00898.00006/2014, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de investigar ocorrência de dano ambiental em razão de extração de área em curso de água (arroyo campestre) sem possuir licença ambiental. Investigado: Ari Nunes de Lima.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil N.º 00901.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar notícia de maus-tratos e negligência com animais no estabelecimento "cães e gatos", em Sapiranga. Investigado: Cães e Gatos.

2) Inquérito Civil N.º 00901.00008/2014, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar denúncia de poluição sonora realizada pela Sociedade de Canto Sete de Setembro. Investigados: Sociedade de Canto Sete de Setembro.

SOLEDADE

1) Aditamento à Portaria de Instauração de Inquérito Civil N.º 00907.00031/2008, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de depósito irregular de resíduos sólidos. Investigado: Indústria de calçados Harla Ltda.

2) Aditamento à Portaria de Instauração de Inquérito Civil N.º 00907.00104/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da supressão de árvores nativas sem o devido licenciamento ambiental. Investigado: Juraci Fiel da Cunha.

3) Inquérito Civil N.º 00907.00020/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente de corte de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, no Município de Barros Cassal/RS. Investigado: Juvelino Francisco Zago.

4) Inquérito Civil N.º 00907.00021/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente de destruição de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, no Município de Ibirapuitã/RS. Investigado: Erico Luiz Bettin.

5) Inquérito Civil N.º 00907.00023/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino

Serena, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais decorrentes de empreendimento com atividade de chapeação e pintura, sem licença do órgão ambiental competente, no Município de Soledade/RS. Investigado: Antonio Roque Kanofre.

6) Inquérito Civil N.º 00907.00024/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais decorrentes de empreendimento com atividade de chapeação e pintura, sem licença do órgão ambiental competente, no Município de Soledade/RS. Investigado: Valdomiro de Souza Borges.

7) Inquérito Civil N.º 00907.00025/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais decorrentes de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas, no Município de Soledade/RS. Investigado: Mateus da Silva.

8) Inquérito Civil N.º 00907.00026/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais decorrentes de empreendimento potencialmente poluidor, que realiza a fabricação de artefatos de madeira e pintura, sem licença do órgão ambiental competente, no Município de Soledade/RS. Investigado: Flavio Pimentel.

9) Inquérito Civil N.º 00907.00027/2014, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça Vercilei Lino Serena, com a finalidade de apurar possível dano ambiental decorrente de destruição de vegetação natural de espécies nativas, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: José Jair de Moura.

10) Inquérito Civil N.º 00907.00083/2013, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, com a finalidade de apurar denúncia de poluição sonora proveniente da Igreja Internacional da Graça de Deus, mais precisamente do prédio que lhe serve de sede no Município de Soledade, no Município de Soledade/RS. Investigado: Igreja Internacional da Graça de Deus.

TENENTE PORTELA

1) Inquérito Civil N.º 00913.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, pela Promotora de Justiça Dinamária Maciel de Oliveira, com a finalidade de averiguar colocação de material (terra e cascalho) em uma área de banhado, caracterizando um aterro de uma APP, de aproximadamente 1.800m². Investigados: Sr. Jurandir José Verdi.

2) Inquérito Civil N.º 00913.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, pela Promotora de Justiça Dinamária Maciel de Oliveira, com a finalidade de averiguar a realização de pesca predatória em embarcação motora, com utilização de rede. Investigados: Sr. Jandir Deli Eichler.

3) Inquérito Civil N.º 00913.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, pela Promotora de Justiça Dinamária Maciel de Oliveira, com a finalidade de averiguar a realização de pesca predatória em embarcação motora, com utilização de rede. Investigados: Sr. Eri Carlos Eichler.

TEUTÔNIA



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1383

1) Inquérito Civil N.º 00953.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Teutônia, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachinetto, com a finalidade de apurar dano ambiental por supressão de vegetação secundária em estágio inicial e médio de regeneração, sem a devida licença ambiental. Investigado: Indústria de Embutidos Rabaioli Ltda; Município de Imigrante.
TORRES

1) Inquérito Civil N.º 00914.00070/2013, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de apurar Irregularidades no depósito de lixo reciclável na sede da empresa investigada, causando danos à saúde e ao meio ambiente. Investigados: Ferropel Reciclagem e Transportes Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00914.00009/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa, da espécie "Tiririca", em uma área de 03 (três) hectares, sem que houvesse licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Sergio Arnaldo Klein.

3) Inquérito Civil N.º 00914.00010/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar Construção de açude em área de preservação permanente (banhado), medindo aproximadamente 05m de largura por 20m de comprimento, e a prática de piscicultura sem que houvessem as licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Adão Evaldt.

4) Inquérito Civil N.º 00914.00012/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar Construção e intervenção em área de preservação permanente, sem licença ambiental. Investigado: Dario Lopes de Medeiros.

5) Inquérito Civil N.º 00914.00013/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar Construção de um alicerce de alvenaria, medindo 3,5m de comprimento por 3m de largura, totalizando 10,5m², em área de preservação permanente, sem que houvesse licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Geraldo Victorino da Silva.

6) Inquérito Civil N.º 00914.00014/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar Funcionamento de fábrica de artefatos de cimento, em desacordo com a licença de operação, eis que não reutiliza os efluentes gerados nas betoneiras e demais equipamentos, não possui piso impermeável, ocorrendo o escoamento de efluentes ao solo e as pilhas de areia e brita não possuem cobertura, conforme determinado na LO. Investigado: Zenon Da Luz Webber e LW Artefatos de Cimento Ltda.

7) Inquérito Civil N.º 00914.00017/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de funcionamento de empreendimento que emite ruídos em excesso, em desacordo com as normas pertinentes.. Investigado: Sorveteria Água na Boca.

8) Inquérito Civil N.º 00914.00018/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ocorrência de Corte de árvores nativas, em área inserida no Bioma da Mata Atlântica e APP, em desacordo com a licença emitida pelos órgãos ambientais competentes. Investigado: Jeferson Euzébio Lumertz.

9) Inquérito Civil N.º 00914.00020/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar ocorrência de aterro em área de preservação permanente (banhado), numa área de aproximadamente 03m de largura por 16m de comprimento, sem que houvesse licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Diego Dimer Hainzenreder.

10) Inquérito Civil N.º 00914.00021/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de constatação de funcionamento de empresa de reciclagem de resíduos plásticos sem licenciamento ambiental, com o depósito de resíduos sólidos diversos depositados a céu aberto e diretamente no solo. Investigado: Luiz Waldetar Ramos Vieira.

11) Inquérito Civil N.º 00914.00022/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de apurar funcionamento de fábrica de gesso denominada "Gesso Minotto" sem a licença ambiental competente e com o depósito irregular dos resíduos gerados na atividade. Investigados: Antônio Jailson Minotto Crescêncio.

12) Inquérito Civil N.º 00914.00023/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de apurar existência de depósito irregular de resíduos sólidos diversos, depositados a céu aberto, local onde o Município pretende instalar uma "URPV" sem a existência de qualquer licença ambiental. Investigados: Município de Torres.

13) Inquérito Civil N.º 00914.00024/2014, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de apurar supostas intervenções irregulares e omissões, pelo Município de Torres junto ao Morro do Farol, principalmente no tocante o mau funcionamento do sistema de drenagem pluvial existente no topo do morro, o qual estaria ocasionando a instabilidade do solo e o deslizamento de terra do topo do morro em direção às casas localizadas no seu entorno. Investigados: Município de Torres.

TRÊS COROAS

1) Inquérito Civil N.º 01130.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar exercício de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Investigado: Luis Comin.

2) Inquérito Civil N.º 01130.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar Construção irregular de açude. Investigado: Sérgio Silmar Muller.

3) Inquérito Civil N.º 01130.00032/2013, da Promotoria de



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1383

Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar exercício de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Investigado: Alberto André Kichler.

4) Inquérito Civil N.º 01130.00033/2013, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar exercício de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Investigado: Ricardo Grifante de Souza.

5) Inquérito Civil N.º 01130.00034/2013, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar exercício de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Investigado: Delmar Brocker.

6) Inquérito Civil N.º 01130.00035/2013, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar corte de árvores em área de preservação permanente e criação de pássaro nativo sem licenciamento ambiental. Investigado: Edla Altreider.

7) Inquérito Civil N.º 01130.00036/2013, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de Corte de vegetação nativa sem licenciamento ambiental. Investigado: Arcelino Brocker.

TRÊS DE MAIO

1) Inquérito Civil N.º 00916.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Três Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de apurar possível extração de argila, sem licença do Órgão Competente. Investigado: Cerâmica Pandolfo & Pandolfo Ltda.

2) Inquérito Civil N.º 00916.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Três Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de apurar Crimes ambientais consistentes em: barramento de um córrego d'água em área de banhado; destruição da vegetação nativa (sub-bosque) em uma área de 35m x 15m, totalizando 525m² e; a utilização de APP com pecuária em uma área de 95m x 30m, nos dois lados do córrego d'água, impedindo a regeneração natural da vegetação em uma área total de 5.700m². Investigado: Pedro Carlos Wachholz.

3) Inquérito Civil N.º 00916.00003/2014, da Promotoria de Justiça de Três Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de apurar Crimes ambientais consistentes em: Aquisição de lenhas nativas de diferentes espécies para fins comerciais; Extração de argila em uma área de 1.909 m², em APP e; Utilização de APP como lavoura. Investigado: Eliseu de Almeida Porto.

4) Inquérito Civil N.º 00916.00004/2014, da Promotoria de Justiça de Três Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de apurar crimes ambientais consistentes em realização de pintura industrial em área externa da fábrica. Investigado: Patrícia C. Reidel & Cia Ltda – ME.

5) Inquérito Civil N.º 00916.00005/2014, da Promotoria de Justiça de Três Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de apurar possível crimes ambientais consistentes na reabertura de valas em APP para drenar e aumentar o escoamento da água em dois locais, atingindo áreas de 240m x 2m e 23m x 1m e; Utilização de APP como

lavoura. Investigado: Genésio Dal Forno.

6) Inquérito Civil N.º 00916.00007/2014, da Promotoria de Justiça de Três Maio, pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, com a finalidade de apurar Inquérito Civil instaurado para o fim de apurar a responsabilidade ambiental sobre destinação/disposição final adequada aos resíduos, nos termos dos incisos VII e VIII do art.3º da Lei nº 12.305/2010, em face de área contaminada. Investigado: Davis Baú.

TRÊS PASSOS

1) Inquérito Civil N.º 00917.00010/2014, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da atividade agropecuária em APP e dentro da faixa de domínio da estrada do Município de Tiradentes do Sul. Investigado: Gerson Smaniotto.

TRIUNFO

1) Inquérito Civil N.º 00918.00038/2013, da Promotoria de Justiça de Triunfo, pelo Promotor de Justiça Lúcio Flávio Pretto, com a finalidade de apurar irregularidades ambientais relacionadas pela Fiscal Estadual de Agropecuária. Investigado: Frigorífico Guarda Velha Comércio e Representações e Serviços Ltda.

TUPANCIRETÃ

1) Inquérito Civil N.º 00918.00002/2014, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Substituto Theodoro Alexandre da Silva Silveira, com a finalidade de investigar o corte e destruição de vegetação nativa em uma área de 2,98 há sem autorização do órgão ambiental competente. Parte da área é APP, devido a uma nascente e a um curso d'água existente no local. Investigado: Débora Goulart Rodrigues e Ildo Rogério Muller Rodrigues.

URUGUAIANA

1) Inquérito Civil N.º 00922.00005/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de apurar a aquisição e manutenção de pássaro silvestre sem autorização. Investigado: Ivete Teresinha Maciel Vaz.

2) Inquérito Civil N.º 00922.00009/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, com a finalidade de investigar sobre o lícito ambiental de fazer funcionar estabelecimento comercial potencialmente poluidor sem autorização. Investigado: José Plínio da Silva Dutra e Madeireira Silva.

VACARIA

1) Inquérito Civil N.º 00924.00001/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental consistente (a) no desmatamento de árvores nativas, atingindo uma área de 4,91 ha (quatro vírgula noventa e um hectares), fora de área de preservação permanente, (b) limpeza e ampliação de açude, atingindo 1,18 ha (um vírgula dezoito hectares) (c) construção de açude, atingindo uma área de 1,35 ha (um vírgula trinta e cinco hectares), em APP, (d) construção de um valo de 54metros, atingindo uma área de 0,43 (zero vírgula quarenta e três hectares), e, APP e (e) tanque de abastecimento de combustível, com capacidade de 5.000 litros, para abastecimento de máquinas



agrícolas, tudo sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fatos constatados no dia 17 de agosto de 2013, em propriedade sob a responsabilidade do investigado. Investigado: Adelar Luis Cenci.

2) Inquérito Civil N.º 00924.00002/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de Apurar eventual dano ambiental consistente no (a) corte de 591 (quinhentas e noventa e uma), árvores de diversas espécies nativas, perfazendo um total de 200,87m³ (duzentos vírgula oitenta e sete metros cúbicos), (b) bem como corte de 148 árvores da espécie Araucária angustifólia, perfazendo um volume de 162,80 m³ (cento e sessenta e dois vírgula oitenta metros cúbicos), sendo que, possuía alvará autorizando o corte de 42 (quarenta e duas) unidades da espécie Araucária angustifólia, (c) emprego de fogo atingindo uma área de 1,10 (um vírgula dez hectare) (d) desboscamento em 1,92 (um vírgula noventa e dois hectare), tudo fora de área de preservação permanente e sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: José Kosinski da Silva.

3) Inquérito Civil N.º 00924.00003/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na confecção de um açude em área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos ambientais competentes, atingindo uma área de 387m² (trezentos e oitenta e sete metros quadrados), de área alagada, fato constatado no dia 14/07/2013. Investigado: André Brandão Garibaldi.

4) Inquérito Civil N.º 00924.00004/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na confecção de um açude em área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos ambientais competentes, atingindo uma área de 0,31 ha (zero vírgula trinta e um hectare), fato constatado no dia 30/08/2013. Investigado: Valdecir Wolff.

5) Inquérito Civil N.º 00924.00005/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no descapoeiramento de vegetação nativa no sistema de desraizamento, atingindo uma área de 0,18 (zero vírgula dezoito hectare), em torno de uma nascente, bem como confecção de dreno em área de preservação permanente com 62 metros de extensão, fato constatado no dia 14/07/2013. Investigado: Cristiano de Souza Muniz.

6) Inquérito Civil N.º 00924.00006/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no descapoeiramento de vegetação nativa no sistema de desraizamento, localizadas em área de preservação permanente, atingindo uma área de 0,66 ha (zero vírgula sessenta e seis hectare), sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fato constatado no dia 04/08/2013. Investigado: Rafael de Moura Reis.

7) Inquérito Civil N.º 00924.00007/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no desboscamento de vegetação

nativa, localizadas fora de área de preservação permanente, atingindo uma área de 0,84 ha (zero vírgula oitenta e quatro hectare), sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fato constatado no dia 04/04/2013. Investigado: Tiago Pereira Bitencourt.

8) Inquérito Civil N.º 00924.00008/2014, da Promotoria Especializada de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no desraizamento de árvores nativas, localizadas em área de preservação permanente, atingindo 1,92 ha (um vírgula noventa e dois hectare), sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fato constatado no dia 14 de julho de 2013. Investigado: Waldemir Zanella.

VENÂNCIO AIRES

1) Inquérito Civil N.º 00927.00001/2014, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, pelo Promotor de Justiça Pedro Rui da Fonoutra Porto, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes do corte de 108 (cento e oito) árvores nativas da espécie pinheiro-brasileiro (araucária angustifólia), as quais geraram 58 (cinquenta e oito) toras (afora aquelas que foram apreendidas na serraria pertencente ao Sr. Adilson A. de Freitas), num volume total de 40,62 m³ e 12,19 metros de lenha, dentre outras espécies nativas, como canjerana (Cabralea canjerana), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Adelar Germano Lied.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de março de 2014.

CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA,

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 07/2014

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 00829.00006/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Darwin Ferraz Reis da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate aos Crimes Licitatórios, com a finalidade de investigar irregularidades na contratação dos serviços de transporte e remoção de pacientes por meio de CTI's móveis e ambulâncias.

2) Inquérito Civil nº 00780.00005/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, com a finalidade de investigar ilegalidade na contratação para cargos em comissão ou de confiança.

3) Inquérito Civil nº 00738.00001/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu, com a finalidade de investigar improbidade administrativa decorrente do pessoal de Vereador mediante utilização de recursos materiais de associação civil sub-



vencionada por recursos públicos municipais.

4) Inquérito Civil nº 00754.00013/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Marlize Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de investigar irregularidades na licitação/contratação e execução de serviços de revitalização, limpeza e paisagismo nas Praças do município.

5) Inquérito Civil nº 00748.00035/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com o objetivo de investigar a utilização de veículo público para interesses pessoais.

6) Inquérito Civil nº 00711.00002/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de investigar ocupação irregular do Porto dos Aguateiros.

7) Inquérito Civil nº 00711.00003/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de investigar irregularidades em processos de licitatórios na Secretária de Infraestrutura do município.

8) Inquérito Civil nº 00711.00006/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de investigar regularidade dos repasses e aplicação dos valores e verbas destinados à execução de medidas sócio-educativas e de proteção e juventude no município.

9) Inquérito Civil nº 00747.00002/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, da Promotoria de Justiça de Catuípe, com a finalidade de investigar atos de improbidade administrativa consistentes na retenção de parte do salário de servidores municipais, cujos valores estariam sendo destinados à formação de "caixa 2" para financiamento de campanha política.

10) Inquérito Civil nº 00870.00001/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa, consistente no desvio/recebimento de recursos públicos destinados ao pagamento de estagiários do Município do Chuí.

11) Inquérito Civil nº 00876.00002/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Catiuza Ribas Barin, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de investigar eventual inoperância do Controle Interno da Prefeitura Municipal.

12) Inquérito Civil nº 00723.00054/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça substituto Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de investigar destinação indevida do patrimônio e de verbas feitas à Fundação e cassação de seus programas culturais por conta da crise das finanças que se abateu sobre a Prefeitura.

13) Inquérito Civil nº 00917.00011/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de investigar irregularidades referentes ao processo seletivo para estagiários da Promotoria de Justiça.

14) Inquérito Civil nº 00914.00019/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promoto-

ria de Justiça de Torres, com a finalidade de investigar improbidade administrativa decorrentes da utilização de máquinas e servidores públicos para construção de piscina em residência.

15) Inquérito Civil nº 00914.00008/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de investigar improbidade administrativa mediante fraudes em procedimentos licitatórios e alienação de veículo pertencente ao Município de Três Cachoeiras/RS.

16) Inquérito Civil nº 00726.00004/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, com a finalidade de investigar irregularidade na realização de despesa sem prévio empenho em relação aos transportes.

17) Inquérito Civil nº 00721.00002/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, com a finalidade de investigar irregularidades no procedimento de concessão de uso do Hospital de Barra do Ribeiro e terceirização de serviços de saúde pública.

18) Inquérito Civil nº 00723.00010/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça substituto Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de investigar nepotismo cruzado na Administração Municipal e Câmara de Vereadores.

19) Inquérito Civil nº 00819.00003/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, da Promotoria de Justiça de Panambi, com a finalidade de investigar irregularidades na cessão de uso de fração de terra rural em benefício de Clube de Futebol.

20) Inquérito Civil nº 00876.00003/2014 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Cível de Erechim, com a finalidade de averiguar o favorecimento de servidora da Secretaria Municipal de Comunicação Social, quando da sua autuação por infração de trânsito, estacionou seu veículo em vaga de ambulante.

21) Inquérito Civil nº 01129.0004/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso da Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, com a finalidade de verificar a ocorrência de ato de improbidade administrativa decorrente de direcionamento do sorteio de casas populares do programa "minha casa minha vida".

22) Inquérito Civil nº 00728.00003/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar a omissão do município na proteção de patrimônio municipal histórico-cultural tombado.

23) Inquérito Civil nº 00794.00008/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Rosélia Vasconcellos Brusamarelo, da Promotoria de Justiça de Cível de Ijuí, com a finalidade de verificar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente na frequência a congresso de ensino em período de dispensa funcional de servidora.

24) Inquérito Civil nº 00794.00009/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Rosélia Vasconcellos Brusamarelo, da Promotoria de Justiça de Cível de Ijuí, com a finalidade de verificar



Diário eletrônico do _____
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de março de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1383

possível prática de ato de improbidade administrativa na obtenção de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo.

25) Inquérito Civil nº 00922.00008/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains, da 2ª Promotoria de Justiça de Cível de Uruguaiana, com a finalidade de verificar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo prefeito consistente na abertura de rua para favorecer imóvel pertencente a sua família.

26) Inquérito Civil nº 00922.00010/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains, da 2ª Promotoria de Justiça de Cível de Uruguaiana, com a finalidade de verificar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo prefeito consistente na desídia com o patrimônio público pela situação de abandono de imóvel.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de março de 2014.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.